Representações e gramática: os prefixos des- e in- e seus domínios em português brasileiro

Luiz Carlos Schwindt[1]

schwindt@ufrgs.br

RESUMO: Neste artigo propõe-se um debate sobre a distinção entre representação e gramática em abordagens linguísticas formais, tomando por objeto o comportamento das formações com os afixos derivacionais des- e in- em português brasileiro, com ênfase na exploração dos domínios morfológicos e fonológicos do processo. Assume-se que des- e in- são bem representados, morfologicamente, como prefixos sujeitos a alguma variação de significado e de categoria de base, sem evidência decisiva de papel para a estrutura argumental e, fonologicamente, como sílabas átonas adjuntas ou incorporadas a uma palavra fonológica pronta ou em formação. Problematizando-se estudos referenciais sobre o tópico, a intenção é mostrar que análises em Fonologia & Morfologia Lexical, Morfologia Distribuída e Teoria da Otimidade sacrificam por vezes aspectos importantes dessas representações em favor das arquiteturas assumidas. Defende-se, em direção oposta, que representações devem ser priorizadas sobre modelos gramaticais, impondo ajustes ou até substituição desses modelos, uma vez que refletem o conhecimento linguístico de forma mais direta e permanente.
PALAVRAS-CHAVE: representação linguística; gramática; domínio linguístico; prefixação.

ABSTRACT: This article proposes a debate on the distinction between representation and grammar in formal linguistic approaches, focusing on the behavior of formations with the derivational affixes des- and in- in Brazilian Portuguese, emphasizing the morphological and phonological domains of this process. It is assumed that both des- and in- are well represented morphologically as prefixes subject to some variation in meaning and in the selection of their base category, without decisive evidence of a role in argument structure, and phonologically as unstressed syllables joined to a well-formed or under construction phonological word, configuring a structure of prosodic adjunction or incorporation. By problematizing referential studies on the subject, the intention is to show that analyses in Lexical Phonology and Morphology, Distributed Morphology, and Optimality Theory sometimes sacrifice important aspects of representations in favor of preserving their architectures. Conversely, it is argued that representations should be prioritized over grammatical models, potentially leading to adjustments or even replacement of these theories, since they reflect linguistic knowledge in a more direct and permanent way.
KEYWORDS: linguistic representation; grammar; linguistic domain; prefixation.

Introdução

Os prefixos des- e in- com sentido negativo (ex. desleal, infeliz) são amplamente estudados na literatura sobre o português brasileiro (PB) especialmente por conta de sua produtividade, mas também por permitirem falseamento de suas propriedades estruturais (Schwindt, 2000, 2001, 2008; Bassani, Medeiros & Scher,

[1] Doutor em Linguística; Professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2011; Medeiros, 2010; Bassani, 2011; De Bona, 2014; De Bona & Ribeiro, 2018; Scher & Monteiro, 2020).

Neste artigo, trato desses prefixos principalmente em perspectiva morfofonológica (ou morfoprosódica), mas também semântica e morfossintática em alguma medida. O objetivo descritivo é recuperar a discussão sobre o status morfológico e fonológico desses afixos, de modo a reproblematizar sua classificação como formas presas, por um lado, e sílabas átonas adjuntas ou incorporadas à esquerda de uma base, por outro (Schwindt, 2000, 2001, 2008; Schwindt & Bisol, 2020).

A discussão prioriza a perspectiva representacional, mais do que a perspectiva de um modelo de gramática propriamente dito. Assim, parto da ideia de que morfemas, da ótica da morfologia, e de que sílabas, pés e palavras fonológicas (ou prosódicas), da ótica da fonologia, são entidades do conhecimento linguístico. Essa opção abre espaço ao objetivo teórico pretendido neste texto, qual seja, o de discutir os limites entre o que se costuma rotular como *representação* e o que chamamos *gramática* em abordagens linguísticas formais. Essas noções, difusas, acabam por licenciar alguma tautologia na descrição dos fenômenos morfofonológicos, cujo dado muitas vezes é observado a partir dos modelos em vez de ser, idealmente, modelado a partir de seu comportamento. *Domínio* é, nesse sentido, abordado como o elo entre representação e gramática, como explico adiante.

O texto se organiza como segue. Na seção 1, subsequente a esta introdução, as noções de representação e gramática são contrastadas e, visando à análise da prefixação em questão, defino domínio em morfologia e fonologia. Na seção 2, a partir de dados de produtividade no uso dos prefixos des- e in- no léxico do PB, discuto brevemente alguns fenômenos fonológicos que interagem com esse processo de formação de palavras. Na seção 3, baseado em Schwindt (2000, 2001, 2008) e Schwindt & Bisol (2022), apresento a proposta de representação morfofonológica dos prefixos des- e in- em PB, acompanhada de uma discussão crítica sobre a endogenia das análises orientadas primariamente por modelos gramaticais. Seguem, na seção 4, as considerações finais.

1. Gramática, representação e domínios da afixação

Em linguística gerativa, gramática se define como sistema computacional. Tem, com ressalvas a cada modelo, o papel de manipular estruturas — movimentando, apagando, fundindo, fissionando entidades, ou mesmo adicionando ou excluindo propriedades. São exemplos de modelos de gramática teorias como a Fonologia e Morfologia Lexical (FML), proposta por Kiparsky (1982) e Mohanan (1982), a Teoria da Otimidade (TO), proposta por McCarthy & Prince (1993) e Prince & Smolensky (1993), e a Morfologia Distribuída (MD), proposta por Halle & Marantz (1993). Neste artigo, por razão de foco, me limito a essas três teorias para problematizar o conceito de gramática frente aos conceitos de representação e domínio.

Não é objetivo deste texto a caracterização plena dessas teorias, mas ressaltar algumas de suas principais diferenças em termos de concepção do processamento linguístico. Esta primeira característica aproxima a FML da MD: são teorias baseadas em regras e usam um mecanismo serial, pretensamente unidirecional, para derivar estruturas. A TO, por outro lado, é baseada em restrições universais violáveis e faz uso de um mecanismo paralelista para derivar estruturas. No que diz respeito à interação entre morfologia e fonologia, entretanto, as três teorias se distinguem importantemente. A FML, herdeira da hipótese lexicalista, assume que os subcomponentes morfológico e fonológico interagem plenamente em um grande componente pré-sintático chamado léxico. A TO não é modular (no sentido de uma arquitetura com blocos especializados que se alimentam temporalmente). A relação entre morfologia e fonologia é assegurada na forma do *input*, que neste modelo é o mesmo que léxico, e nas restrições, que, referindo-se a marcação, fidelidade ou alinhamento, podem fazer menção a estruturas e fronteiras morfológicas e prosódicas. A MD, por fim, é uma teoria não incremental (no sentido proposto por Stump, 2001), isto é, som não se associa a morfologia em entradas lexicais como na FML e na TO, mas é atribuído tardiamente ao *output* da sintaxe (e de operações morfológicas intermediárias) por regras de inserção de vocabulário.[2] Por isso, a MD não tem léxico no sentido tradicional desse termo, ainda que se valha de três listas: a lista 1 contém raízes e conjuntos de traços gramaticais; a lista 2 contém os itens de

[2] Stump (2001) classifica a MD como uma teoria lexical-realizacional, no sentido de que conta com listas contendo representações, mas que são manipuladas como entidades abstratas (sem associação a som) pelo sistema computacional, que espelha sintaxe e morfologia.

vocabulário, que incluem conexões entre conjuntos de traços gramaticais associados a traços fonológicos; a lista 3 carrega significados especiais de raízes dentro de domínios locais (no sentido de "não gramaticais" ou "não funcionais"). Segundo Marantz (1997), a lista 1 é gerativa, porque é livremente formada e sujeita a expansão, enquanto as listas 2 e 3 são não gerativas, apesar de igualmente expansíveis.

Gramáticas — ou derivação, na acepção mais ampla desse termo, que não excluiria ranqueamento de restrições —, no sentido dessas teorias ou modelos, manipulam representações, tomadas como primitivos ou como descrição estrutural (*input*) de processos. Quando se fala em fonema ou em matriz de traços fonológicos, estão em jogo primitivos representacionais da fonologia. O mesmo vale para morfemas ou matrizes de traços gramaticais, primitivos representacionais da morfologia/morfossintaxe. Essas entidades representacionais são, assim, objeto da análise gramatical, num entendimento menos restrito de gramática. A questão teórica principal que abordo neste artigo diz respeito à sobreposição que muitas vezes se observa entre essas noções na esfera da morfofonologia, como sinaliza Harris (2007: 119):

> In building theories of phonological grammar, researchers focus on two main areas of enquiry, broadly definable as representation and derivation. Representational theory concerns itself with the structure and content of phonological forms – the sound shape of morphemes. Derivational theory concerns itself with relations between different forms – for example between the lexical and output forms of a morpheme, or between different alternants of a morpheme. Although the areas of representation and derivation are distinguishable in the round, there is a fair degree of overlap.

No âmbito da prefixação, fenômeno abordado neste trabalho, podemos dizer, pensando em representações amplas, nos termos estruturalistas da escola Item-e-Arranjo, que estão em jogo, no plano morfológico, um afixo derivacional que se anexa à esquerda de uma base atribuindo-lhe novo significado, e, no plano fonológico, fonemas/fones que se associam linearmente para atribuir substância a esse morfema. Isso permite facilmente se depreender sincronicamente, por exemplo, um prefixo em *impenetrável*, mas não em *importante*, devido ao significado de negação impresso à base substanciado pelos dois primeiros fonemas da palavra, /iN/, em contraste a nenhum significado específico identificável sincronicamente pela mesma sequência segmental na segunda palavra.

Essa representação ampla, contudo, é insuficiente para dar conta de outros aspectos envolvidos no processo de prefixação, como a definição das bases a que se juntam determinados prefixos, a categoria que produzem, as regras fonológicas com que interagem quando de sua anexação e também sua produtividade. Por isso, representações podem ser sofisticadas, no sentido de se tornarem mais intuitivas do conhecimento internalizado. Isso vale, por exemplo, para o debate sobre se prefixos se distinguem entre aqueles que são palavras fonológicas independentes e os que se configuram apenas como sílabas átonas (Schwindt, 2000, 2001) ou, contrário a essa ideia, se tal fenômeno pode ser analisado tão somente como efeito de localidade (Bassani, 2011). Vale, ainda, para discussões sobre prefixos poderem ser classificados como raízes, morfemas categorizadores ou como núcleos funcionais (Scher & Monteiro, 2020), entre muitos outros aspectos.

O ponto a ser explorado aqui, porém, mais do que a discussão sobre o teor dos trabalhos que acabo de referir ou de qualquer outra análise, é a extensão e as consequências da dependência da modelagem gramatical que pesa sobre a análise de representações, neste caso em particular, na análise de des- e in-. Sendo mais direto, quero denunciar, como autocrítica inclusive, alguma endogenia nesse modo de se discutirem representações e advogar em favor de análises em que seu entendimento preceda a modelagem gramatical tanto quanto possível e seja até mesmo capaz de forçar a adequação ou a dispensa do modelo. A razão é simples. Evidentemente, arquiteturas são necessárias e representações devem sempre ser falseadas, mas, em minha opinião, há menos chances de se errar a explicação sobre como se organiza o conhecimento gramatical quando se adota essa ordem. Isso porque modelos envelhecem mais rapidamente do que representações e têm mais chances de serem substituídos por "máquinas" mais eficazes — e que ainda assim possivelmente dependerão dos mesmos primitivos ou de bases assemelhadas. Dito de outro jeito, representações, em sua maioria, além de serem comuns aos diferentes modelos, sobrevivem a eles.

Os prefixos des- e in- significando negação foram analisados em Schwindt (2000, 2001, 2008) como prefixos legítimos, em oposição a prefixos como contra-, super-, ex-, estes analisados como composicionais. O argumento básico é o acento. Prefixos legítimos são átonos e composicionais são tônicos, autoacentuados, e é isso que assegura que os primeiros se apresentem em estruturas de incorporação ou adjunção à base a que se ligam, enquanto os segundos se apresentem em estruturas

de composição prosódica. Essa caracterização é retomada na seção 4. Por ora, o que desejo enfatizar é que acento é representação e não estritamente gramática. Acento é, assim, resultado de relação de proeminência entre sílabas, relação que pode ser explicitada em diferentes modelos gramaticais sem diferenças importantes.[3]

Nessa perspectiva, importa a noção de domínio, que considero, como disse, o principal elo entre representação e gramática. Parto da definição do dicionário de Crystal (2008:155):

> domain (n.) (1) An extension of the general meaning of this word by some linguists to refer to the realm of application of any linguistic construct, e.g. the 'domain' of a rule in a grammar would refer to the range of structures to which that rule was applicable. In generative linguistics, the term refers specifically to the parts of a tree diagram deriving from any one node, i.e. the structure which the node dominates. There are several applications, e.g. the 'cyclic domain' in phonology (i.e. the constituents internal to the word to which phonological rules apply); the 'harmonic domain' in vowel or consonant harmony.

Como define Crystal, domínio diz respeito ao *locus* de aplicação de um processo. Pode ser fonológico, morfológico, sintático ou semântico. Assim, dizemos, por exemplo, que, em português, o acento tem como domínio a palavra fonológica (PFon), que sufixos derivacionais se juntam a raízes, e não a palavras, que concordância é um processo do domínio do sintagma nominal ou, ainda, que a regência de um mesmo verbo pode se alterar a depender de seu significado, seu domínio semântico. Essas noções não dependem crucialmente de um modelo de gramática, mas de expedientes representacionais apenas ou principalmente.

Seria possível se tratar de PFon, por exemplo, a partir da hipótese representacional de hierarquia prosódica, nos termos de Selkirk (1980) e Nespor & Vogel (1986), em FML ou em TO sem maior dificuldade, apesar das importantes diferenças entre esses modelos. Mesmo em MD, apesar de a substância fônica ser tardiamente atribuída ao output da sintaxe, a noção de PFon pode estar, entre outras alternativas, presente na lista 2, associada a itens de vocabulário. Ao mesmo tempo, qualquer uma dessas teorias pode ignorar por completo essas entidades representacionais, substituindo-as por outro tipo de representação. Como ilustração,

[3] Teorias da sílaba ou teorias métricas do acento não são, portanto, nesta perspectiva que assumo, teorias gramaticais em sentido estrito, mas modelos representacionais.

pode-se imaginar, nessa linha, que alguém proponha que sílaba é o elemento mais alto da hierarquia prosódica e que, acima disso, o que se designaria por PFon esteja plenamente coberto pelo conceito de palavra morfológica, morfossintática ou lexical (PGram). Domínios, porém, apesar de independentes das teorias, nem sempre são representados independentemente delas (Scheer, 2004). Ao se assumir, por exemplo, que os prefixos des- e in- são associados à base no nível lexical, porque este é o nível em que interagem fonologia e morfologia (Schwindt, 2000, 2001), ou que são mais bem analisados sob a perspectiva de fases, já que responsáveis pela introdução de argumentos (Bassani, 2011), ou, ainda, que são núcleos funcionais, uma vez que são responsáveis pelo escopo da negação tanto em sentenças quanto no nível da palavra (Scher & Monteiro, 2020), domínios passam a depender de pressupostos do modelo gramatical. Em outras palavras, quando representações se projetam para além de seus domínios locais, fazendo referência a níveis gramaticais mais altos ou mais baixos para se justificarem, sua distinção de gramática se torna menos evidente. Contudo, o ponto de reflexão que quero alimentar neste texto, e que recupero na seção 4, é a perda de informação descritiva que pode algumas vezes decorrer dessa associação quando a prioridade é o modelo gramatical e não a representação propriamente dita.

2. Distribuição e produtividade da prefixação por des- e in- em PB

A ideia de que representações devem constituir o ponto de partida da análise linguística, aqui priorizada a perspectiva morfofonológica, impõe que se considere o maior volume possível de dados, pois o mapeamento de uma representação, mesmo que se processe via abstração, precisa espelhar efetiva produtividade.[4] Esses dados, por isso, são mais qualificados se de diferentes naturezas, no sentido de provirem do que vou chamar de diferentes *léxicos* (Schwindt, 2026): o léxico permanente, o dicionário tomado como coletivo da língua, documentado ou não; o léxico em uso, obtido a partir de grandes *corpora* de língua falada e/ou escrita; e o léxico potencial, obtido por exercícios de base experimental, como testes com palavras desconhecidas ou pseudopalavras. Embora o foco deste artigo não seja descritivo, apenas como

[4] Em minha leitura, nem o método hipotético-dedutivo nem a ideia de falante ouvinte ideal, concepções que fundamentam em parte a linguística gerativa, licenciam excluir ou secundarizar a análise empírica. De uma base universal e inata, o conhecimento internalizado pelo falante é fruto de observação, e o juízo do pesquisador sobre o que definimos como gramatical na análise de uma língua é limitado pela medida dessa observação, afinal.

ilustração, trago a seguir um panorama muito geral da distribuição dos sufixos des- e in-, habitualmente descritos como produtivos na literatura, considerando as variáveis classe de palavra e frequência lexical no léxico em uso. Os dados são do *corpus* LexPorBr (Estivalet & Meunier, 2015) e foram analisados com os recursos da Plataforma R (RCore Team, 2025), via interface RStudio (Posit Team, 2025), sendo os gráficos gerados em ggplot2 (Wickham, 2016).

Na Tabela 1, está a distribuição de des- por classe de palavra.

Classe	%	N
Adjetivo	14,70	750
Substantivo	15,11	771
Verbo	70,19	3.581

Tabela 1: Distribuição de des- no LexPorBr por classe de palavra (N=5.102)

Embora não se espere que prefixos modifiquem a classe da base, cumpre se descrever que, em nível de superfície, há adjetivos, substantivos e verbos constituídos com esse prefixo, sendo a última a categoria preponderante. A maioria dos substantivos e adjetivos encontrados na amostra poderia ser descrita como derivada de verbos (ex. desrespeitado, desrespeito < desrespeitar), mas essa tese está longe de ser trivial. É bem verdade que substantivos genuínos são raros entre os dados (ex. desamor) e, além disso, há alguma imprecisão no *corpus* no caso dos particípios empregados como adjetivos, ora classificados como verbos ora como adjetivos, possivelmente devido a dificuldades de etiquetamento automático. A categoria de base a que des- se liga é controversa na literatura. Autores como Silva & Mioto (2009) sustentam que afixos selecionam uma única categoria de base. Para lidar com o caso de des- sugerem que se trata de dois afixos homófonos, um que seleciona adjetivos e outro que seleciona verbos. Os autores desconsideram a formação com des- a partir de substantivos, e, de fato, dos nomes observados a maioria se explicaria como derivada de uma forma verbal (desconfiança < desconfiar).

Há alguma controvérsia também sobre o significado de des-. No âmbito da negação, predominantemente veicula a ideia de reversão (ex. descontente = que deixou de estar contente), embora se atestem empregos com sentido mais estrito de negação (ex. desleal = não leal). Os dois significados são percebidos para as três

classes de base. A propósito, essa é a dificuldade enfrentada pela hipótese de homonímia aplicada a esse prefixo para lidar com uniformidade da base: deixa-se em descoberto o fato de haver compartilhamento de significado apesar disso.

A frequência lexical, em escala logarítmica, é apresentada no Gráfico 1.

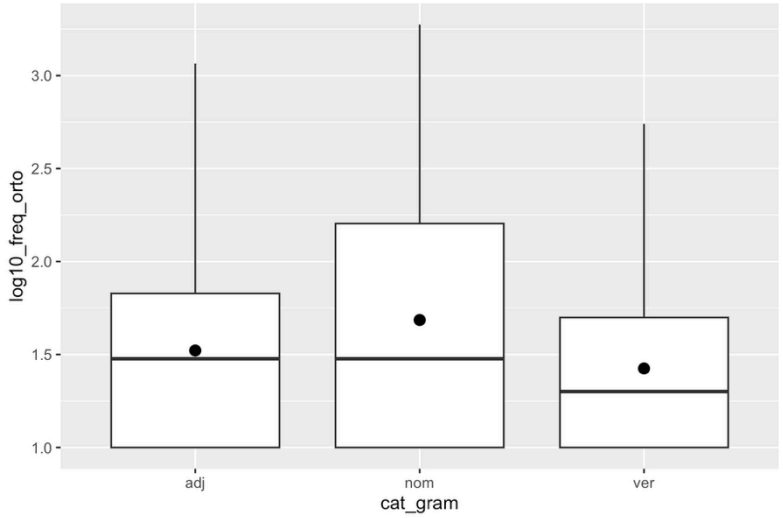


Gráfico 1: Frequência lexical de des- no LexPorBr por classe de palavra (log10)

Observam-se índices gerais relativamente semelhantes em termos de frequência lexical para des- em adjetivos e verbos, apesar da desvantagem em termos de *types* destes últimos, o que é esperado para uma classe tão tipicamente flexional (no sentido de que se repetem mais). Substantivos, por outro lado, alcançam alto índice de frequência, possivelmente por seu caráter mais excepcional, como destaquei há pouco. A distribuição dos dados mostra adjetivos e substantivos com medianas assemelhadas e, por outro lado, adjetivos e verbos com médias próximas. A diferença crucial das três classes está no terceiro quartil, que é particularmente superior para os substantivos, pelas razões já discutidas, e menor do que o segundo quartil apenas para adjetivos, isto é, é apenas nesta classe que preponderam itens menos frequentes.

Na Tabela 2 está agora a distribuição de in- por classe de palavra.

Classe	%	N
Adjetivo	58,86	1.349
Substantivo	21,03	482
Verbo	20,11	461

Tabela 2: Distribuição de in- no LexPorBr por classe de palavra (N = 2.292)

Embora a classe de base preferencial de in- seja a de adjetivos (Silva & Mioto, 2009), e excepcionalmente de verbos, atestam-se na amostra formações com as três classes.[5] Aqui tampouco é simples explicar essas categorias como derivadas entre si, com a prefixação se originando em um adjetivo (ex. impossibilidade < impossibilitar < impossível < possível), em especial por conta de determinados verbos, como *indeferir* ou *inexistir*, aos quais é difícil se atribuir uma etapa adjetival na formação (Villalva, 2019; Scher & Monteiro, 2020).

No escopo de negação, diferente do prefixo des-, in- é menos controverso em relação ao seu significado. De fato, in-$_{Neg}$ convive com um prefixo homófono, mas que não concorre com ele, que indica movimento para dentro, in-$_{Dentro}$ (ex. infiltrado) ou mesmo en-, habitualmente pronunciado [ĩ^{N}] (ex. encapsulado).

O Gráfico 2 apresenta o resultado do exame de frequência lexical em escala logarítmica para o prefixo in-.

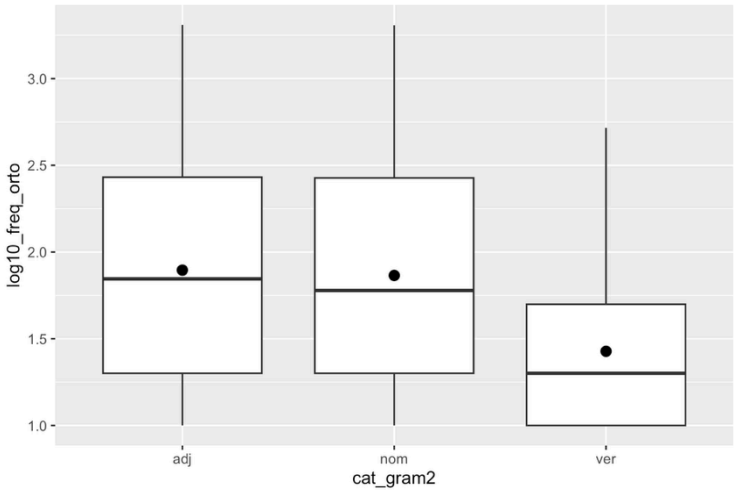


Gráfico 2: Frequência lexical de in- no LexPorBr por classe de palavra (log10)

A distribuição de frequência lexical de formações com in- é bastante semelhante para adjetivos e substantivos, apesar da desvantagem em termos de *types* dessa segunda classe em relação à primeira, a qual apresenta leve preponderância de itens mais frequentes. Verbos, ao contrário, diferenciam-se consideravelmente, tanto

[5] Advérbios prefixados por in- e sufixados por -mente (ex. inevitavelmente) foram aqui somados ao índice dos adjetivos, para efeitos de simplificação e uniformização com des-, prefixo este que, apesar de também permitir esse tipo de formação (ex. desordenadamente), não apresenta tal classificação na amostra do LexPorBr.

em relação à frequência geral, bastante inferior à registrada para adjetivos e nomes, quanto em relação à distribuição dos quartis. Em nenhuma das categorias se observa concentração importante de frequência lexical nos quartis centrais.

A análise do léxico em uso, como afirmei, é apenas uma das possibilidades descritivas no caso do uso dos prefixos, que na maioria das vezes se baseia tão somente no léxico permanente. Tal estudo, contudo, merece ser enriquecido pela exploração do léxico potencial, como, por exemplo, por testes envolvendo logatomas — que sejam capazes de informar, entre outras coisas, sobre a aceitabilidade dos falantes quanto à prefixação por des- e in- a diferentes tipos de classes de base. Além disso, todos esses *léxicos* podem ser examinados quanto à sua sensibilidade a variáveis morfofonológicas, como número de sílabas, acento da base ou contexto sonoro precedente e seguinte. A questão que defendo é que possuímos hoje ferramentas estatístico-computacionais simplificadas o suficiente para nos permitir falsear algumas convicções sobre fenômenos que concebemos como precipuamente gramaticais e pouco candidatos a explicações baseadas em processos como assimilações fonológicas, por exemplo.

3. Status prosódico e morfológico dos prefixos des- e in- em PB

Do ponto de vista representacional, des- e in- classificam-se, em termos morfológicos, como prefixos e, em termos fonológicos ou prosódicos, como sílabas. São prefixos porque são (i) unidades irredutíveis portadoras de significado (ex. des+temido vs. despid+o) e (ii) anexam-se à esquerda de uma base morfológica, em oposição a infixos ou sufixos. São sílabas porque, fonotaticamente bem formados, tais prefixos podem ser separados de outras unidades prosódicas sob o escopo de uma unidade superordenada comum, o pé métrico ou a palavra fonológica (ex. $[[\text{des.gra.}]_{\text{Pé1}}[\text{ça.do}]_{\text{Pé2}}]_{\text{PFon}}$, $[[\text{in.to.}]_{\text{Pé1}}[\text{ca.do}]_{\text{Pé2}}]_{\text{PFon}}$)[6], embora estejam sujeitos a ressilabificação (ex. de.s+in.tegrado, i.n+al.terado).[7]

[6] Pé métrico se define, segundo Nespor & Vogel (1986), como a categoria prosódica que agrupa uma ou mais sílabas em relações de proeminência e que se subordina à palavra fonológica. O pé típico do português é o troqueu, caracterizado por duas sílabas. Bisol (2002) afirma que o acento é atribuído na língua, em âmbito mais específico, por peso, como em (ex. a.mór), caso do troqueu mórico; não se identificando sílabas pesadas, emerge o troqueu silábico (ex. bó.la).

[7] O termo ressilabificação é empregado aqui apenas para indicar que não se trata da primeira silabificação, considerada a propriedade cíclica do acento. Em modelos como a FML, esse termo muitas vezes é reservado apenas para o contexto pós-lexical (pós-sintático).

Por que não é suficiente a representação morfológica para caracterizar des- e in-? Porque precisamos da PFon para a atribuição de acento, propriedade que incide sobre uma de suas sílabas, e não há evidência conclusiva, sobretudo na esfera dos não verbos, de que seja atribuída morfologicamente na língua, ou seja, que recaia necessariamente sobre raízes ou afixos (ex. me[.'kɐ̃.]n+ico, mas meca[.'n+is.]mo).[8] Por isso mesmo, quando um afixo é autoacentuado, muitos sugerem que essa informação seja listada lexicalmente. É o que se classifica como afixo composicional, como parece ser o caso de pré-, pós-, -zinho, -mente, entre possíveis outros, em contraste a afixo legítimo, o caso dos afixos em foco neste texto, des- e in-, além de re-, sub-, -al, -ico, entre outros (Schwindt, 2000, 2001, 2008; Ulrich & Schwindt, 2018). Uma evidência importante disso está nos efeitos da neutralização da pretônica, no que concerne às vogais médias. Em dialetos do PB em que vogais médias-baixas se restringem a sílabas tônicas, quando afixos composicionais ou as bases a que eles se associam contêm essas vogais, sua altura se preserva, ao contrário do que acontece com afixos ordinários da língua (ex. n[ɛ]odoutor, m[ɔ]lezinho, mas n[e]olítico, m[o]lice). Deve-se entender, então, que se trata nesse caso de um mapeamento de um para dois, isto é, de uma PGram para duas PFon's, já que há dois acentos primários atribuídos.

No escopo morfológico, o domínio — no sentido de contexto de anexação — de des- e in- é um radical, que pode ser primário, caso em que equivale a uma raiz (ex. des+vend+á+vel, in+feliz), ou derivado (ex. des#en+capsul+a+do, in#des+vend+á+vel). Raramente des- é mais periférico do que in-, apesar da maior produtividade do primeiro em PB, podendo esse arranjo levar até a um novo significado (ex. *desinfeliz*, em que apenas se reforça a ideia de infelicidade, ao contrário de se atribuir negação sobre negação). Isso, por outro lado, parece possível com os casos em que des- se liga a verbos já prefixados por in- (ex. desindeferir/desindeferido = retirar o indeferimento), contexto em que se aplica o sentido de reversão de des- sobre o sentido mais estrito de negação de in-.

No escopo prosódico, há duas hipóteses sobre o domínio de des- e in-. Se se admite que formas, por exemplo, como *destruído* e *instável* são sincronicamente prefixadas, uma PFon não pode se estabelecer como limite prosódico à direita dos prefixos, já que *struído e *stável não são palavras bem formadas na superfície da

[8] Para grande parte dos estudiosos, acento em PB é propriedade cega à morfologia, de modo especial no âmbito dos não verbos. Há, contudo, autores que sustentam ser o radical derivacional, em vez da PFon, seu domínio na língua (cf. Lee, 2023).

língua (a não ser como produto de redução/apagamento em alguns dialetos). Trata-se nesse caso de incorporação prosódica. Essa foi a abordagem assumida em Schwindt (2000, 2001), análise em que se admite que o PB conta com bases iniciadas por sC, sendo a vogal que emerge em palavras como *escola* ou *espírito* fruto de epêntese (Collischonn & Schwindt, 2005). Se, por outro lado, se considera que tais bases não são transparentes do ponto de vista do estágio atual da língua, pode-se assumir que o contexto prosódico de associação de des- e in- é uma PFon bem formada (sendo a vogal inicial dessas formas parte da raiz sincrônica). Trata-se, nesse caso, de adjunção prosódica. Os processos de composição, adjunção, incorporação e anexação prosódica estão diagramados na Figura 1.[9]

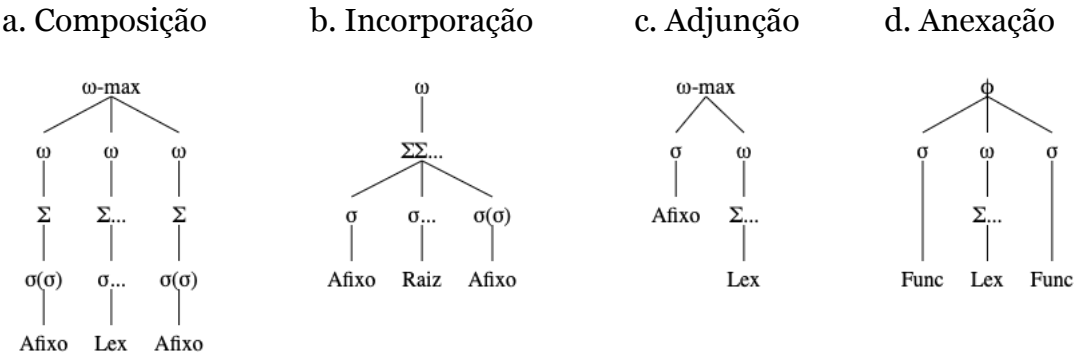


Figura 1: Possibilidades de prosodização de afixos e clíticos em PB
Fonte: Schwindt e Bisol (2022: 18)

A afirmação de que os prefixos des- e in- se distinguem em termos de representação morfológica e fonológica é, todavia, putativa, pois não se sustenta em evidência outra, no caso desses dois prefixos em específico, que não o fato de a base a que se juntam ser acentuada e poder se superficializar eventualmente sem afixo (ex. inca**paz**/ca**paz**; desfa**zer**/fa**zer**). Para reforçar o falseamento dessa afirmação, acrescente-se que a margem esquerda da palavra não é computada para atribuição de acento em português, que se limita a uma janela de três sílabas a contar da borda direita. Por isso, deve-se buscar evidência em outros prefixos analisáveis igualmente como afixos legítimos. É o caso de sub-, que frequentemente se sujeita a epêntese

[9] Os símbolos empregados na Figura 1 definem-se como segue: σ = sílaba; Σ = pé metrico; ω = palavra fonológica; C = grupo clítico; ϕ= frase fonológica. Como em Schwindt & Bisol (2022) se admite recursividade da palavra fonológica, representa-se como ω_{max} a palavra reestruturada. Ainda, o último tipo de prosodição, representado em d, fora do escopo deste texto, dá conta de formações com palavras funcionais, que se diferenciam nessa análise de formações com afixos.

quando associado a bases iniciadas por consoante. Nesse caso a borda direita do prefixo é sensível a um processo fonológico que não atinge outras sequências foneticamente idênticas quando elas não estão circunscritas morfologicamente (ex. sub[i]+limin+ar, mas *sub[i]lim+e). Epêntese, a rigor, é processo que atinge sílabas; no caso de sub-, repara uma coda ilícita, constituída por uma oclusiva. Sendo extensível essa análise, por hipótese, a des- e in-, confirma-se a necessidade de representá-los prosodicamente para além de morfologicamente.

Outros fatos fonológicos curiosos merecem reflexão. No caso de des-, destaque-se que, diante de bases iniciadas por /s/ seguido de vogal, preserva-se o valor de vozeamento dessa consoante (ex. des/s/+/s/algar > de[s]algar), sugerindo mera degeminação de /s/ nesse caso. Se, porém, a palavra se inicia por vogal, vozeamento tem lugar (ex. de/s/+almado > de[z]almado). Parece estar em jogo aí uma restrição de fidelidade ao primeiro segmento da base, na linha do que propôs Beckman (1998), mais do que debilidade do segmento na coda do prefixo, pois se observa o mesmo fenômeno com prefixos sem coda (ex. a[s]ocial/*a[z]ocial; re[s]ocializar/*re[z]ocializar). Esse fato sinaliza para visibilidade da fronteira esquerda da base, possível sintoma de que adjunção precede incorporação no caso desses afixos. No caso de in-, observa-se uma assimilação nasal que se dá na fronteira do prefixo mas que não se observa no interior da raiz (ex. in+real → [i.xe]al/*[ĩ^{ŋ}.xe]al, mas honr+a → [õ^{ŋ}.xɐ]/*[o.xɐ]). Trata-se de fenômeno que atinge o prefixo in- diante de consoantes fonemicamente identificadas como soantes, {L, N, R} (ex. ilegal, imaturo, irracional).[10] É, nesse caso, evidência de transparência do limite direito do afixo. O fato, por outro lado, de o processo falhar em formas com o prefixo en- (ex. enlatado/*elatado, enmadeirado/*emadeirado, enraizado/*eraizado), mesmo que na superfície esse prefixo seja pronunciado na maioria das vezes com a vogal [i], sugere que se trata, ainda, de uma particularidade de in-.[11]

[10] Assume-se aqui que os róticos do português são, em nível fonêmico, soantes, ainda que na superfície fonética possam perder esse valor, convertendo-se em obstruintes. Isso assegura, na linha do que propôs Camara Jr. (1970), com maior coerência descritiva, que, apesar de menos frequentes, formas como *i[r]eal* ou *ten[r]o* variem com *i[x]eal* e *ten[x]o*, respectivamente.

[11] A assimilação atestada em relação ao prefixo in- pode ser observada também com prefixo con- (ex. colateral/*conlateral, comutar/*conmutar, corresponsabilizado/*conresponsabilizado). Um argumento possível, então, é o de que o fenômeno de fato tem por domínio a fronteira direita de qualquer prefixo da língua, e que os casos de não aplicação de en- diante de soante são tão somente resquícios históricos. Assim, o fenômeno estaria se processando, a rigor, na sincronia da língua, no interior da raiz e não no limite de um prefixo. Há, porém, algumas evidências de produtividade de formações com en- no PB atual (ex. enlarguecer/*elarguecer) que não licenciam facilmente essa conclusão.

A ideia que defendo neste texto, reitero, é a de que a caracterização dos prefixos des- e in- como entidades representacionais deve preceder a análise gramatical, sob pena algumas vezes de se produzirem distorções analíticas.

Em Schwindt (2000, 2001), a modelagem proposta na perspectiva da FML no que diz respeito a esses prefixos pode contribuir em parte para ilustrar o problema. Para dar conta do processo de afixação de des- a bases mal e bem formadas prosodicamente (ex. struído/estruturado), propõe-se que o prefixo des- se desdobra em dois. O primeiro, de nível 1, junta-se à base antes da epêntese (ex. destruído); o segundo, de nível 2, afixa-se depois da epêntese (ex. desestruturado). Porque fere parcimônia em termos formais se propor que um mesmo afixo esteja em dois níveis distintos do léxico, recorre-se a uma sutileza semântica, passível de contraexemplificação: a de que o primeiro indica ausência/privação e o segundo indica negação propriamente dita. A isso se soma uma exceção envolvendo in-_{Neg}, alocado junto com des-_{Neg} no nível 2, a palavra *instável*, que precisaria ser listada ou forçaria igualmente um particionamento de $\text{in-}_{\text{Neg.}}$[12] Também o ordenamento entre in- e des-, como se exemplificou antes, representa problema para essa proposta de nivelamento. A menos que se liste uma das combinações, precisa-se admitir que no nível 2 esses prefixos alternam sua ordem de afixação (ex. indesvendável, desindeferir). Esses expedientes, que são em parte empregados desde a fonologia gerativa clássica e que culminam na FML com a demanda por *loops* em uma estrutura de gramática pensada ao contrário para ser unidirecional, são avaliados de modo geral como custos de modelagem.

Mutatis mutandis, as análises em MD não oferecem em princípio melhor aproveitamento de *insights* representacionais sobre computação. É o que se pode dizer da sugestão de que prefixos introduzem estrutura argumental em português para assegurar espelhamento entre estrutura morfológica e sintática (Bassani, 2011), argumento não dificilmente contestável. Por exemplo, no caso de *descascar*, podemos admitir que, afora a contribuição do sentido de negação/privação, des- se junta a uma base categorizada como um verbo potencial da língua, *cascar*. O fato de que não se coloca casca em uma fruta pode ser interpretado como computacionalmente irrelevante, mais ainda se se assume a concepção radical de associação tardia de significado nocional. Admitir bases intermediárias potenciais, a

[12] Atente-se para o fato de que in- indicando movimento para dentro, o que não é o caso aqui discutido, comporta-se como $\text{des-}_{\text{Priv}}$, isto é, liga-se a bases em formação e, por isso, submete-se a epêntese.

propósito, esvazia a ideia de parassíntese, em sentido mais tradicional, mesmo em casos de {a-/ en-...-ar/-ecer}, formação bastante produtiva na língua (ex. apodrecer, emparedar), em que o prefixo parece ter efeito combinado ao sufixo, ideia próxima à de afixos circunscritos, que sustentam a tese de binariedade de estruturas morfológicas, por equivalerem a um só afixo que se associa disjuntivamente a uma base (Scalise, 1984).[13] Esvaziada a hipótese de relevância para a sintaxe, avalio como muito alto o custo de se modelar a prefixação numa gramática fundamentalmente não fonológica (mesmo que sob a subteoria de fases).[14] Isso força, entre outros aspectos, a se assumir que entidades gramaticais constituem domínio do acento, análise com consequências importantes, especialmente no que concerne aos prefixos composicionais.

O problema envolvendo a natureza representacional de in- e des- é identificado, também na perspectiva da MD, por Scher & Monteiro (2020). As autoras sustentam que esses prefixos não podem ser catalogados nem como raízes e nem como morfemas funcionais de primeira fase — nos termos de Creemers, Don & Fenger (2018, p. 67), que propõem que afixos podem ser classificados como lexicais ou funcionais, sendo esses últimos ainda subdivididos entre aqueles que se relacionam com raízes, de primeira fase, e aqueles que se relacionam com estruturas já categorizadas. Para Scher & Monteiro (2020:290), está em jogo uma nova classificação: in- e des- "não atuam como *spell-out* de núcleos categorizadores e sim como o núcleo de uma projeção de um núcleo funcional de valor negativo", constituindo o que chamam afixos-f-neg. Um dos principais argumentos é o da flexibilidade categorial dos dois afixos, como problematizado na seção 3. Semanticamente, além disso, descartam homonímia como motivação para segmentar des-, baseadas na constatação de que há um valor negativo mais geral que subjaz

[13] Um trabalho experimental poderia, ainda, dizer sobre o grau de expletividade dos prefixos envolvidos em parassintéticos em português. O fato é que a base sufixada parece ser suficiente para veicular categoria e significado em grande parte dos casos, mesmo que os itens em questão não sejam efetivamente atestados na língua em uso sob tal feição (ex. podrecer, paredar). Uma prova disso é o fato de haver na língua outras palavras formadas apenas pelos sufixos habitualmente envolvidos na parassíntese. Também o tratamento de -a como prefixo nessas formações é bastante discutível, dada a abundância de casos de prótese — fenômeno em princípio puramente fonológico — tanto na deriva histórica quanto na sincronia da língua (ex. nanu > anão, levantar ~ alevantar).

[14] Bassani (2011) sustenta, ainda, que um prefixo composicional pode figurar em anexação interna ou externa a uma mesma base, e usa o par *pré-texto*/*pretexto* para ilustrar essa ideia. No espírito do privilégio de representações que defendo neste texto, avento que se poderia explorar a hipótese de que se trata da mesma formação em estágios distintos de processamento, e que pode apresentar variação intrausuário inclusive, a depender da leitura mais ou menos composicional do dado. Pares como *preconceito*/*pré-conceito*, *postônico*/*pós-tônico*, *neonatal*/*neo-natal* parecem confirmar essa ideia.

mesmo ao sentido especializado de privação.[15] Do ponto de vista morfofonológico, a análise capta o fato de que esses prefixos não contribuem para a atribuição de acento no português, descartando a hipótese de parassintéticos como evidência de afixação de fase 1 (ou de nível 1), ainda que não ofereça uma resposta para a não emergência de vogal inicial em formas como *destruído* e *instável*, mencionadas antes. A ideia de um núcleo negacional é, em minha opinião, mais plausível em nível oracional do que na palavra, e se mostra por isso mesmo coerente com uma análise que se vale de espelhamento entre operações sintáticas e morfológicas (denunciando o caráter sintaticocêntrico da MD). A questão sensível é o cálculo do custo de se tratar fonologia marginalmente nesse pacote. Um exemplo disso está em se admitir o acento como critério de classificação, mas desconsiderando os princípios de prosodização propriamente ditos, de natureza precipuamente representacional.

A TO tampouco resolve por completo o conflito representação/gramática problematizado neste texto, já que a própria definição das restrições, às vezes por demais específicas para se classificarem como universais, ou mesmo o ranqueamento dessas restrições em língua particular, não raramente pouco motivado, podem comprometer a leitura das representações. Por outro lado, em meu entendimento a teoria apresenta ainda assim algumas vantagens sobre as abordagens da FML e da MD no que concerne à primazia das representações que defendo aqui, razão por que a discuto por último nesta seção. A primeira vantagem resulta do processamento paralelo, em contraste ao serial. A segunda, resulta da arquitetura modular não localista do modelo, que se opõe à estrutura de componentes ordenados numa única direção ou sujeitos a *loops*.

Na TO, restrições universais ranqueadas em língua particular avaliam representações, que são os *outputs* produzidos por um gerador, mapeando-os em relação ao *input*, ou léxico. Quer dizer, não se "produzem" representações novas a cada passo da derivação, como nas abordagens seriais. Em Schwindt (2008) pode-se encontrar um exemplo dessa vantagem. A aparente contradição de vozeamento anteriormente mencionada em um output prefixado como *de[z]almado*, em contraste a *de[s]algar*, é resolvida pelo ranqueamento alto de uma restrição de fidelidade posicional, que exige preservação de identidade de vozeamento do segmento inicial

[15] Como faz refletir um dos pareceristas, a homonímia do prefixo des- é descartada na análise em debate apenas enquanto dispositivo formal. Do ponto de vista descritivo, ao se assumirem matizes semânticos sob o escopo de uma ideia mais geral de negação (como reversão, privação, falta, ausência), preserva-se, a rigor, a noção fundamental de homonímia.

da palavra prosódica (/s/algar, aqui). Vozeamento, então, que resulta da silabificação de des- a uma base iniciada por vogal (processo observado em contextos de juntura para além da palavra em português: doi[z]amigos), é inibido no caso de *dessalgar* porque a restrição que mapeia input/output lê as respectivas representações, morfológicas e prosódicas, que as circunscrevem, sem, contudo, modificá-las.

Numa arquitetura de gramática componencial mas não localista, na TO interagem, via restrição, representações de diferentes naturezas. Em Schwindt (2008), o diferencial da análise de prosodização de prefixos consiste essencialmente na atuação de restrições de alinhamento generalizado envolvendo representações fonológicas e gramaticais (que se alinham potencialmente em qualquer alternativa combinatória). Essas restrições apenas relacionam bordas de representações, sem implicações sobre a natureza *per se* de tais representações. Assim, o alinhamento entre acento primário (em termos de pés métricos, por exemplo) e PFon, leva à escolha do *output* com representação prosódica de composição no caso de prefixos como pré-, pós-, hiper- etc. Sem acento, representações de incorporação serão as escolhidas sob a demanda de alinhamento entre prefixo e sílaba, como no caso de des- e in-. No meio dessas representações estão ainda os casos de adjunção prosódica, demandados pelo alinhamento entre as fronteiras do prefixo e da palavra, lexical ou fonológica, bem formada na língua, o que explica a possibilidade de emergir uma coda oclusiva ou uma epêntese em formações com alguns prefixos (ex. sub-, em sub.#liminar ~ su.b[i].#liminar, mas su.blime).

4. Considerações finais

A ideia de que representação e gramática, apesar de serem noções intimamente relacionadas, não coincidem integral ou necessariamente, e de que domínios de processos revelam o elo entre tais noções, aponta, em meu entendimento, para uma demanda empírica da descrição linguística. Essa demanda diz respeito à descrição da produtividade, que pode ser alcançada pelo exame de *corpora* de léxico em uso e de léxico potencial, na busca de se entender como as formações linguísticas são processadas. As respostas obtidas aí podem dizer se as representações que alcançamos são legítimas e, com base nisso, se os modelos de gramática de que nos valemos são capazes de explicá-las.

Neste texto, revisitei a representação morfológica e prosódica dos afixos des- e in-. São prefixos bastante produtivos em PB, que podem ser representados morfologicamente como estruturas: (i) que podem se unir a bases presas e livres; (ii) que se juntam a diferentes categorias de base, ainda que predominem algumas; (iii) que podem adquirir significados especializados, ainda que pareça forçado segmentá-los tão somente sob o argumento de homonímia. Prosodicamente, comparados a outros prefixos com comportamento semelhante e distinto, podem ser representados: (i) como sílabas inacentuadas bem formadas, sujeitas a ressilabificação com a base a que se ligam; (ii) como estruturas de incorporação ou de adjunção prosódica, o que se identifica sobretudo pelo exame dos processos que podem atingir sua fronteira direita ou a fronteira esquerda de sua base, uma PFon formada ou em formação.

Concebendo que a melhor análise é aquela que der conta dessas propriedades representacionais, ensaiei uma discussão sobre os prefixos des- e in- criticando estudos em FML, MD e TO, modelos teóricos com pontos em comum, mas com muitas diferenças importantes. Em todos os estudos mencionados, considerados em alguma medida referenciais na área, percebe-se a necessidade de ajustes nas representações para que se compatibilizem aos modelos. E não se trata de um defeito dessas análises em particular; é fruto de como se vem pensando a modelagem gramatical sob o pressuposto da parcimônia de modo geral em linguística formal. Olhando por um viés especialmente morfofonológico, o que sugiro é que se redirecione esse pressuposto, priorizando-se representações, ainda que com o custo de não caberem nos modelos gramaticais e imporem ajustes sobre seus fundamentos ou mesmo sua substituição por teorias mais adequadas. A motivação é a maior volatilidade dos modelos gramaticais comparados às representações, mas é também a crença de que com esse exercício priorizamos o essencial do que caracteriza efetivamente o conhecimento linguístico internalizado.

Agradecimento

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro ao projeto que abarca este estudo, em forma de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, processo 309576/2022-9. Agradeço também a Isabela

Prisco Petry e Pedro Eugênio Gaggiola, pelo auxílio na coleta de dados, e aos pareceristas anônimos e editores, pelas sugestões para aprimorar o texto.

Palavras para Ana Scher

Há 20 anos tive meu primeiro contato com a homenageada deste volume, nossa querida Ana Paula Scher, no III Encuentro de Gramática Generativa, em Neuquén, na Argentina. Três anos depois, tive a satisfação de integrar a banca de mestrado de Indaiá Bassani, sua orientanda, e de oferecer, no ano seguinte, um curso sobre morfofonologia na USP, a seu convite. Ana me emprestou, por assim dizer, num movimento generoso, seus alunos, os queridos todos do GREMD. E nossa relação, que se estreitou por admiração e afeto, gerou o Colóquio Brasileiro de Morfologia, que juntos organizamos — ela, eu e nossos grupos — em 2011 na UFRGS e que já alcançou sua sétima edição. Neste texto, em que recupero seu trabalho e o trabalho sobre prefixos de pesquisadoras que formou e os cruzo ao meu, materializo singelamente esse diálogo que a vida nos proporcionou, e me sinto especialmente comovido e grato por isso. À Ana sempre o melhor: que siga "distribuindo" a competente morfologia que pratica e alcançando mais gente e mais gente com sua fina sensibilidade.

Referências Bibliográficas

BASSANI, Indaiá de Santana. A interação fonologia-morfologia-sintaxe: discutindo modelos de análise através de prefixos do português brasileiro. *LL Journal*, v. 6, 2011.

BASSANI, Indaiá de Santana; MEDEIROS, Alessandro Boechat de; SCHER, Ana Paula. Verbos denominais com prefixo des- no português do Brasil. In: SALLES, Heloísa; NAVES, Rozana Reigota (eds.). *Estudos Formais da Gramática das Línguas Naturais: artigos selecionados do Encontro Nacional do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática/2009*. Goiânia: Cânone Editorial, 2011.

BECKMAN, Jill. Positional Faithfulness. Doctoral dissertation, University of Massachusetts, Amherst, 1998.

BISOL, Leda. O acento, mais uma vez. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 103-110, jul./dez. 2002

COLLISCHONN, Gisela; SCHWINDT, Luiz Carlos. Considerações sobre a sequência /sC/ inicial em português brasileiro. *Lingua(gem)*. v. 2, n. 2, 2005. Disponível em

https://drive.google.com/file/d/0B98IqtmAZ-MNVm54ZVE5elB6MjQ/view?usp=sharing&resourcekey=0-bi-Wu7C2OuCwHabkwcEQFw. Acesso em 22 out. 2026.

CREEMERS, Ava; DON, Jan; FENGER, Paula. Some affixes are roots, others are heads. *Natural Language & Linguistic Theory*. v. 36, 2018. https://doi.org/10.1007/s11049-017-9372-1.

CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 6th Edition. Oxford: Blackwell, 2008. https://doi.org/10.1002/9781444302776.

DE BONA, Camila. *Os prefixos de negação des- e in- no PB: Considerações morfossemânticas*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

DE BONA, Camila; RIBEIRO, Pablo Nunes. Sobre a produtividade e a semântica do prefixo des- no português brasileiro atual. *DELTA*. v. 34, n. 2, 2018. https://doi.org/10.1590/0102-445042216911240579.

ESTIVALET, Gustavo Lopez; MEUNIER, Fanny. The Brazilian Portuguese Lexicon: An Instrument for Psycholinguistic Research. *PLOS ONE*, v. 10, n. 12, 2015. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0144016.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay (eds.). *The view from Building 20: Essays in honour of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.

HARRIS, John. Representation. In: LACY, Paul de (ed.). *The Cambridge Handbook of Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. https://doi.org/10.1017/CBO9780511486371.007.

KIPARSKY, Paul. Lexical Morphology and Phonology. In: The Linguistic Society of Korea (ed.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982.

LEE, Seung Hwa. Acento e sua relação com a morfologia no português. *Letrônica*, v. 16, n. 1, 2023. https://doi.org/10.15448/1984-4301.2023.1.42486.

MARANTZ, Alec. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. *U. Penn Working Papers in Linguistics*. v. 4.2, 1997.

McCARTHY, John Joseph; PRINCE, Alan Sanford. Prosodic Morphology I: Constraint Interaction and Satisfaction. *Technical Report RuCCS-TR-3*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Para uma abordagem sintático-semântica do prefixo *des-*. *Revista da ABRALIN*, v. 9, n. 2, 2010.

MOHANAN, Karuvannur Puthanveettil. Lexical Phonology. PhD dissertation. Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1982.

NESPOR, Marina; VOGEL, Irene. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

POSIT TEAM. *RStudio: Integrated Development Environment for R*. Boston, MA: Posit Software, PBC, 2025. Disponível em http://www.posit.co/. Acesso em 22 out. 2026.

PRINCE, Alan; SMOLENSKY, Paul. Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar. *Technical Report RuCCS-TR-2*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2025. Disponível em http://www.r-project.org. Acesso em 22 out. 2026.

SCALISE, Sergio. *Generative Morphology*. Dordrecht: Foris Publications, 1984.

SCHER, Ana Paula; MONTEIRO, Beatrice Nascimento. O estatuto morfossintático dos prefixos negativos des- e in- em português. *Revista do GELNE*, v.2, n. 2, 2020. https://doi.org/10.21680/1517-7874.2020v22n2ID23272.

SCHEER, Tobias. *A lateral theory of phonology: What is CVCV, and why should it be?* Vol 1. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2004. https://doi.org/10.1515/9783110908336.

SCHWINDT, Luiz Carlos. *O prefixo no português brasileiro: análise morfofonológica*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2000.

SCHWINDT, Luiz Carlos. O prefixo no português brasileiro: análise prosódica e lexical. *DELTA*, v. 17, n. 2, 2001. https://doi.org/10.1590/S0102-44502001000200001.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Revisitando o estatuto prosódico e morfológico de palavras prefixadas do PB em uma perspectiva de restrições. *Alfa (ILCSE/UNESP)*, v. 52, n. 2, 2008. Disponível em https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1524. Acesso em 22 out. 2026.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Léxicos para além do lexicalismo: não tente fazer análise morfofonológica na privacidade de sua gramática. *Linguística, ALFAL*, v. 41, n. 1, e201, 2026. https://doi.org/10.5935/2079-312x.20260001.

SCHWINDT, Luiz Carlos; BISOL, Leda. The prosodization of derived words in Brazilian Portuguese: Joining perspectives. *DELTA*, v. 38, n. 3, 2022. https://doi.org/10.1590/1678-460X202258877.

SELKIRK, Elisabeth. Prosodic domains in phonology: Sanskrit revisited. In: ARONOFF, Mark; KEAN, Marie-Luise (eds.). *Juncture: A collection of original papers*. Saratoga: Anma Libri, 1980.

SILVA, Maria Cristina Figueiredo; MIOTO, Carlos. Considerações sobre a prefixação. *ReVEL*, v. 7, n. 12, 2009.

STUMP, Gregory T. *Inflectional Morphology: A Theory of Paradigm Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. https://doi.org/10.1017/CBO9780511486333.

ULRICH, Camila; SCHWINDT, Luiz Carlos. O status morfoprosódico dos sufixos -inho/-zinho, -mente e -íssimo no português brasileiro. *DELTA*, v. 34, n. 2, 2018. https://doi.org/10.1590/0102-445030726356878044.

VILLALVA, Alina. O prefixo in- na formação de verbos e nomes: um caso de mutação morfológica". In: VILLALVA, Alina; SOUZA, Edson Rosa Francisco de. *Estudos de Morfologia: Recortes e Abordagens*. Lisboa: Mercado de Letras, 2019.

WICKHAM, Hadley. *ggplot2: elegant graphics for data analysis*. 2. ed. New York: Springer, 2016. https://doi.org/10.1007/978-3-319-24277-4.